



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

<b>ATA DE CORREIÇÃO-GERAL ORDINÁRIA</b>
ORDEM DE SERVIÇO N° 46/2017
COMARCA: PRIMEIRO DE MAIO
SERVENTIA: TABELIONATO DE PROTESTO
DATA: 17/07/2017
<b>EQUIPE CORRECIONAL DO FORO EXTRAJUDICIAL</b>
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA ROGÉRIO KANAYAMA
JUIZES AUXILIARES: - Dr. Luiz Gustavo Fabris
ASSESSORES CORRECIONAIS: - Eduardo Bueno de Oliveira - Hércio José Vidotti - Jorge Luiz Gomes Macedo - Luiz Fernando Altheia Molinari
<b>JUIZ(ÍZA) DE DIREITO CORREGEDOR (A) DO FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA</b>
Dr. JULIO FARAH NETO
<b>AGENTE DELEGADO (A)</b>
Titular: Ilda Ferreira dos Santos
Decreto Judiciário n.º 580/1991

## DADOS CADASTRAIS

Dados enviados pela Sra. Agente Delegada:



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

Titular:ILDA FERREIRA DOS SANTOS Escolaridade:1º grau completo Data de Nascimento: 17/10/1938 Decreto Judiciário nº 580/1991
Escrevente(s) Substituto(s):MAURA NERES DOS SANTOS Escolaridade: 2º grau completo Data de Nascimento: 07/02/1972 Portaria nº 08/94, desde 17/10/1994 Registrado desde 01/02/2011
Empregados (CLT) (Escrevente(s)): 1- Leila Natale Soares Escolaridade: Técnico em Logística Data de Nascimento:22/11/1972 Registrado desde 01/10/2013 2-Felipe Eduardo Guimarães Alves Escolaridade: Técnico em Segurança do Trabalho Data de Nascimento:13/11/1978 Registrado desde 02/08/2016
Empregados (CLT): 1- Leila Natale Soares Escolaridade: Técnico em Logística Data de Nascimento:22/11/1972 Registrado desde 01/10/2013 2-Felipe Eduardo Guimarães Alves Escolaridade: Técnico em Segurança do Trabalho Data de Nascimento:13/11/1978 Registrado desde 02/08/2016
Endereço do Cartório: Avenida/Rua:RUA ONZE Nº1010 Bairro: CENTRO Cidade: PRIMEIRO DE MAIO CEP.: 86140-000 Telefone(s): (43)-32351044 Fax: (43)-32351044 E-mail: notaseprotesto.cartoriojm.cart@gmail.com Login do sistema mensageiro: a771 O tabelionato funciona dentro do prédio do fórum? (X) sim <input type="checkbox"/> não O tabelionato funciona acumulado a algum outro cartório? (X) sim <input type="checkbox"/> não. Qual? TABELIONATO DE NOTAS. Número do Cadastro no CNPJ: 78.034.022/0001-60

Verificar a situação da funcionária Leila Natale Soares, a qual consta no Anexo C-03 e não consta na lista quadro de funcionários desta Corregedoria.

## DADOS ESTRUTURAIS



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

	SIM	NÃO	C.A.
<b>A.</b> A serventia está identificada como <b>Tabelionato de Protesto</b> , sendo vedada a adoção do nome fantasia, podendo constar, em menor destaque, abaixo da identificação, o nome do agente delegado e suas atribuições ( <b>CN, art. 53, Parágrafo único</b> )?			
<b>B.</b> O ato que indica os escreventes e substitutos e os autoriza a subscrever atos do serviço está afixado na Serventia, em local que possibilite ampla divulgação ( <b>CN, art. 56, § 2º</b> )?			
<b>C.</b> O notário ou registrador informa mensalmente ao juiz corregedor do foro extrajudicial os atos praticados pelo substituto legal, nos casos de impedimento do titular ( <b>CN, art. 9º</b> )?			
<b>D.</b> A serventia possui página ( <i>homepage</i> ) na internet? Em caso positivo, ela atende ao disposto no 6º do Código de Normas do Foro Extrajudicial?	Não possui		
<b>E.</b> O espaço físico da serventia é condizente com a relevância dos serviços prestados e observa a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais ( <b>CN, art. 53</b> )?			
<b>F.</b> A serventia observa os dias e horários de atendimento ao público, afixando (em local bem visível) o horário de funcionamento, consoante disposto no <i>caput</i> do artigo 1º da Resolução n° 06/2005-TJ e artigo 4º § 1º da Lei n° 8935 ( <b>CN, art. 54</b> )?			
<b>G.</b> As Tabelas de emolumentos em vigor, em reais e VRC, FUNREJUS, aviso de prazo máximo para expedição de certidões e aviso para reclamações contra os seus serviços são afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público ( <b>CN, art. 10, inc. IX e art. 39</b> )?			
<b>H.</b> As leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço, Código de Normas atualizado (livro ou arquivo eletrônico) e quaisquer outros atos que digam respeito a sua atividade são mantidos em arquivo físico ou digital ( <b>CN, art. 10, VII</b> )?			
<b>I.</b> A serventia possui atendimento por meio de sistema de senhas?			
<b>J.</b> A serventia possui sistema de atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência física, idosos e gestantes ( <b>CN, art. 10, IV</b> )?			
<b>K.</b> A serventia fornece recibo discriminado (reais e VRC) dos emolumentos percebidos, observado o modelo 13 do Código de Normas, com o respectivo			



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

arquivamento da 2ª via (CN, art. 10, X)?			
<b>L.</b> A serventia observa os termos da Recomendação n° 09 do Conselho Nacional de Justiça, acerca da formação e manutenção de arquivos de segurança dos livros e documentos que compõem seu acervo (CN, art. 10, II) e foram comunicadas ao CNJ a adoção do sistema, ou o prazo necessário para tanto (Recomendação n° 11/2013, CNJ)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>B e C</b> - Regularizar. <b>K</b> - regularizar. <b>L</b> - Em relação ao Protesto os últimos 10 anos estão digitalizados.			

## DAS DETERMINAÇÕES REGISTRADAS EM ATA DA CORREIÇÃO ANTERIOR

	SIM	NÃO	C.A
As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Verificou-se a reiteração no descumprimento dos itens 3.1, 11.4.3 e 11.4.8. Justificar e regularizar.			

## PARTE GERAL

## LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES Provimento n° 45/2015 - CNJ

1 Providenciar abertura.

	SIM	NÃO	C.A
<b>1.1</b> O livro está registrado na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

### Modelo

Data	Natureza da Visita	Autoridade Judiciária	Assinatura da Autoridade Judiciária	Ciente do Agente Delegado

**Finalidade:** Este livro é destinado ao registro das visitas e correições e será escriturado pelas autoridades judiciárias fiscalizadoras.

**Natureza da Visita:** deverá ser registrada a natureza do ato de fiscalização: inspeção, correição ordinária ou extraordinária.

**Assinatura da Autoridade:** o Corregedor da Justiça, Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ou Assessor Correcional é que poderão escriturar o livro.

**Ciente do Agente Delegado:** o Agente Delegado titular ou designado para responder interinamente à serventia deverão dar seu ciente.

Deverão ser mantidas em arquivo próprio os relatórios e atas das correições e inspeções, certidões de regularidade emitidas pelo Agente Delegado e relatórios circunstanciados emitido pelo Juiz Corregedor do Foro extrajudicial da Comarca, para fins correcionais.

### LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS

(CN, art. 19 e 667, inciso I e Ofício Circular n. 164/2013)

2 Em uso o livro n° 4.

	SIM	NÃO	C. A.
2.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
2.2 Ao final de cada mês lança quadro resumo, indicando a receita (separadamente, nos casos de serviços cumulados) e a despesa total do período, com indicação expressa do saldo líquido alcançado, sem transportá-lo para o mês seguinte? (CN, art. 19, § 3°)			
2.3 Os livros apresentam escrituração diária e detalhada das receitas e das despesas da Serventia, sendo lançadas separadamente, devidamente identificadas pelo livro e folha em que o ato foi			



<p>praticado, as receitas oriundas da prestação dos serviços. As demais receitas, tais como, reconhecimento de firma, autenticação, 2ª Via, certidões e traslados, serão discriminados pela quantidade desses atos, diariamente? (CNJ, Provimento 45/2015, art. 6º e CN, art. 19, § 4º)</p>			
<p><b>2.4</b> Os lançamentos compreendem apenas os emolumentos percebidos como receita do notário e registrador, ou recebidos pelo responsável por unidade vaga, pelos atos praticados de acordo com a lei e com a tabela de emolumentos? (CNJ, Provimento 45/2015)</p>			
<p><b>2.5</b> São lançadas somente as despesas diretamente relacionadas ao serviço, não cabendo, ao reverso, o registro de despesas de caráter pessoal, de doações, ou de outras que intrinsecamente não se refiram ao serviço ou ao seu funcionamento, ou de caráter facultativo (p. ex. contribuição em razão de associação voluntária do tabelião a entidade de classe, associação ou contratação de profissional para tratar de assunto particular e CPC), sendo permitida a despesa efetuada com imposto sindical, de acordo com o Ofício Circular n° 59/2014? (CN, art. 19, § 2º) p. ex. ANOREG.</p>			
<p><b>2.6</b> Anualmente ao final de cada exercício é feito o balanço anual da unidade do serviço extrajudicial com indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período, sendo encaminhado, até o 10 decimo dia útil do mês de fevereiro para visto da autoridade judiciaria competente, para glosas necessárias e eventual diligencias pertinentes? (CNJ, Provimento 45/2015, art. 10)</p>			
<p><b>2.7</b> Efetuou o recolhimento ao <b>FUNSEG</b> (Fundo Estadual de Segurança aos Magistrados - Lei Estadual n° 17.838/13 e Decreto Judiciário n° 205/2014) no percentual de 0,2% sobre o valor da arrecadação bruta do serviço delegado?</p>			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<p><b>2.2 - Deverá encerrar livro em uso e providenciar a abertura de um para cada Serviço, nos termos do ofício circular n.º 36/2017.</b></p>			
<p><b>2.3 - As Despesas relativas ao Tabelionato de Protesto deverão ser separadas.</b></p>			



**2.6 - Observar doravante.**

**O R I E N T A Ç Ã O   D E   S E R V I Ç O**

O Provimento n° 45, de 13 de maio de 2015, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) fixou critérios objetivos na avaliação das despesas passíveis de dedução, os quais deverão nortear o preenchimento do livro de receitas e despesas.

**I. Despesas dedutíveis:**

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;

c. contratação de serviços, os terceirizados inclusive, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

e. aquisição ou locação de equipamentos (hardware), de programas (software) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais, caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual;

j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, à melhoria dos conhecimentos em sua área de atuação;

k. o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre



Serviço - ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial, quando incidente sobre os emolumentos percebidos pelo delegatário;

l. o valor de despesas com assessoria jurídica para a prestação do serviço extrajudicial;

m. o valor de despesas com assessoria de engenharia para a regularização fundiária e a retificação de registro.

Ao **responsável interinamente por delegação vaga** é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço.

**II.** considera-se como dia da prática do ato o da lavratura e encerramento do ato notarial, para o serviço de notas; o do registro, para os serviços de registros de imóveis, títulos e documentos e civil de pessoa jurídica; o do registro, para os atos não compensáveis do Registro Civil das Pessoas Naturais, e para seus atos gratuitos, o do momento do recebimento do pagamento efetuado por fundo de reembolso de atos gratuitos e fundo de renda mínima. (**Prov. 45 CNJ, art. 6º, § 1º**)

**III.** Os documentos referentes à regularidade das contribuições fiscais e previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, os contratos de trabalho e quaisquer outros pertinentes ao serviço, devem ser **mantidos em pasta própria** à disposição permanente do Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial, a ele apresentado extrato circunstanciado do movimento da serventia, com a indicação da receita bruta proveniente, das despesas e da receita líquida, sempre que solicitado (**Prov. 45 CNJ, art. 8, Parágrafo Único e CN, art. 21**).

**IV.** É vedada a prática de cobrança parcial (desconto) ou de não cobrança de emolumentos, e ainda, ressalvadas as hipóteses de isenção, não incidência ou diferimento previstas na legislação específica (**Prov. 45 CNJ, art. 7º**).

**V.** É vedada aos agentes delegados a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando, ficando terminantemente proibida a confecção de instrumentos particulares. (**CN, art. 7º**).

**VI.** Ao final de cada exercício, deverá ser feito o balanço anual da unidade de serviço extrajudicial, com a indicação da receita, da despesa e do líquido mês a mês, e apuração do saldo positivo ou negativo do período. Até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Livro Diário Auxiliar será visado pela autoridade judiciária competente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo, ainda, ordenar sua apresentação sempre que entender conveniente (Prov. 45 CNJ, arts. 10 e 11).



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

## ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS

3 Em uso o arquivo n° 01.

	SIM	NÃO	C.A.
3.1 Encaminha, através do sistema <i>mensageiro</i> , os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

3.2 Último comunicado enviado ao Juiz referente ao mês de **JUNHO** de 2017.

3.3 Quantidade de selos utilizados no último mês: 52 SELOS.

### 3.4 QUADRO ESTATÍSTICO:

#### DADOS FORNECIDOS PELO FUNARPEN

Ano: 2014		Ano: 2015	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0	Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	0
Notarial Verde Único	5328	Notarial Verde Único	6000
Notarial Laranja Único	0	Notarial Laranja Único	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto	650	Selo Digital do Tabelionato de Protesto	1050
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0
Selo Digital do Tabelionato de Notas	7400	Selo Digital do Tabelionato de Notas	8400
Ano: 2016		Ano: 2017	
Tipo de Selo	Quantidade	Tipo de Selo	Quantidade
Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	1200	Notarial Amarelo Único - Para uso exclusivo em Autenticações	1680
Notarial Verde Único	3600	Notarial Verde Único	0
Notarial Laranja Único	0	Notarial Laranja Único	0
Selo Digital do Tabelionato de Protesto	850	Selo Digital do Tabelionato de Protesto	350
Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0	Selo Digital do Tabelionato de Protesto - DIFERIDO	0
Selo Digital do Tabelionato de Notas	9000	Selo Digital do Tabelionato de Notas	4750

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A Serventia deve encaminhar, através do sistema *mensageiro*, os arquivos de comunicação para registro na Corregedoria



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013;

## COMUNICADO DE ARRECAÇÃO BRUTA SEMESTRAL AO CNJ

► Segundo semestre de 2016 - **R\$ 171.800,00.**  
Valores referentes ao Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de Protesto de Títulos.

## RELATÓRIO DE RECEITAS DO FUNREJUS

Encaminhar ao Conselho Supervisor do FUNREJUS o relatório de Receitas do Fundo, totalizando por ano a quantidade de guias utilizadas pelo Serviço, conforme modelo constante do Anexo C-03 do Código de Normas.

## ESTATÍSTICA

Ano	Protocolados	Pagos	Protestados	Retirados	Cancelados	Sustados	Total
2014	543	273	232	47	73	0	1168
2015	832	394	343	115	57	0	1741
2016	815	444	298	97	81	2	1737
2017	51	23	21	14	11	0	119
<b>Subtotal</b>	<b>2241</b>	<b>1134</b>	<b>894</b>	<b>273</b>	<b>222</b>	<b>2</b>	<b>4766</b>
<b>Total</b>	<b>2241</b>	<b>1134</b>	<b>894</b>	<b>273</b>	<b>222</b>	<b>2</b>	<b>4766</b>

## L I V R O S   E   A R Q U I V O S

1 - PROTOCOLO (APONTAMENTO)  
(CN, art. 767, inciso I e Adendo 1-F)

Em uso o livro n° 7.

SIM

NÃO

C.A.





## 2 - ORDEM DE APRESENTAÇÃO

	SIM	NÃO	C.A.
2.1 Os títulos são protocolizados, relacionados e anotados, <u>segundo a ordem cronológica de sua apresentação</u> , tendo como <u>base</u> a ordem de apresentação e registro no Ofício Distribuidor (Lei n° 9.492/97, art. 5°; e art. 774 do Código de Normas)?			
2.2 A serventia recebe os títulos eletronicamente (CRA - Central de Remessa de Arquivo)?			
2.3 É mantida a ordem cronológica entre os títulos recebidos eletronicamente e os físicos?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 3 - PRAZO

	SIM	NÃO	C.A.
3.1 Observa o tríduo legal para o lançamento definitivo das ocorrências determinado pelo art. 12, lei n° 9.492, de 10 de setembro de 1997 e <b>art. 779 do Código de Normas</b> ?			
3.2 É cumprido o prazo de três (03) dias úteis para o lançamento definitivo em relação ao destino do título (pagamento, protesto, sustação ou retirada), tanto nos casos de intimação pessoal como nas hipóteses de intimação por edital?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>3.1 - Justificar a reiteração da falha e regularizar.</b> <b>3.2 - No protocolo n° 133/2017 do dia 14/3/2017 o último dia para pagamento do título era dia 17/3/2017 (sexta), o pagamento não foi realizado no dia 17, nem no dia 20/3/2017 (segunda), ocorreu somente no dia 21/3/2017 (terça), bem como o depósito em conta Poder Judiciário e o repasse ao apresentante.</b>			
Na intimação do protocolo n° 133/2017 está certificado o recebimento da intimação como dia 16/3/2017. A data limite indicada na intimação para pagamento em cartório era dia 17/3/2017: <b>" VALOR A SER PAGO DENTRO DO PRAZO LEGAL DE 17/3/2017 E</b>			



**SEM PRORROGAÇÃO', e não dia 21/3/2017.**

► JUSTIFICAR ao Juiz Corregedor da Comarca o motivo de indicar a data limite na intimação e receber o pagamento 02 (dois) dias úteis (DIA 21/3/2017), após o prazo limite estabelecido na intimação "DIA 17/3/2017" .

► JUSTIFICAR ao Juiz Corregedor da Comarca o motivo de não ter observado as orientações da ata correcional anterior (tabela de orientação do prazo e lançamento das ocorrências - ATA CORREICIONAL DE 15/10/2014 - f. 10 e 11)

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

► Na contagem do prazo exclui-se o dia da protocolização.

(art. 12, § 1º, Lei n° 9.492)

► O protesto será registrado dentro de três dias úteis.

(art. 12, Lei n° 9.492)

Atentar que "o protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução" (art. 814 do CN), ao passo que "após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento (art. 815 do CN), pelo que se mostra indevida a "prorrogação do prazo por aceite".

## LANCAMENTOS DAS OCORRÊNCIAS - PRAZO LEGAL

Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 15	Dia 16	Dia 17
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal	Tríduo legal	Tríduo legal	Excesso de prazo
Art. 5º lei n° 9.492 Até 24 Horas	<b>Exclui contagem</b>  art. 12 § 1º Lei n° 9.492  Ocorrência - devolvido	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO	<b>Ocorrências</b> - PAGO - RETIRADO - SUSTAÇÃO - <b>PROTESTO</b>	<b>Ocorrências</b> - cancelamento - suspensão dos efeitos do protesto



PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA INTIMAÇÃO - PRAZO LEGAL					
Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06
Distribuição	Protocolo	Tríduo legal <b>03 dias</b>	Tríduo legal	Tríduo legal	Excesso de prazo
Art. 5° lei n° 9.492 Até 24 Horas para o registro no livro protocolo	Diligência (não efetivada)  Edital (art. 792 do CN)	*Em caso da necessidade de mais uma diligência  Diligência (não efetivada)  Edital (art. 792 do CN)		Prazo final para pagamento.  Último dia para o registro do protesto	

#### 4 - TERMO DE ENCERRAMENTO

	SIM	NÃO	C.A.
<b>4.1</b> Consigna no termo de encerramento diário o número de títulos apresentados e o <b>montante recolhido ao FUNREJUS</b> , em consonância ao determinado no art. 810, item XV do <b>CN</b> ?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

#### 5 - ARQUIVO DAS GUIAS DO FUNREJUS

	SIM	NÃO	C.A.
<b>5.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos			



do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>5.2</b> Nas guias constam os números/intervalo dos protocolos e quantidade de atos utilizada para o recolhimento do FUNREJUS?			
<b>5.3</b> A serventia observa que o cálculo do valor a ser recolhido ao FUNREJUS considerando o terceiro numeral após a vírgula, efetuando a conta e o arredondamento cabível, enfim, conforme norma própria da ABNT (NBR 5891, de dezembro de 1977)?			
<b>5.4</b> O recolhimento devido ao <b>FUNREJUS</b> está sendo realizado no dia do apontamento (Item 27 - Instrução n. 1, de 2 de junho de 1999) ou no máximo no dia útil imediato?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>Analisado por amostragem o mês de junho 2017.</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Em se tratando de títulos representativos de créditos dos entes federais, estaduais e municipais, os emolumentos respectivos e a taxa devida ao FUNREJUS serão recolhidas somente por ocasião do pagamento ou do cancelamento do título pelo devedor (**art. 852 do CN**).

## 6 - ARQUIVO DE DEVOLUÇÃO

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>C.A.</b>
<b>6.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>6.2</b> Os títulos ou documentos a que faltem requisitos para o protesto e que tenham sido <b>registrados no Distribuidor</b> , estão sendo registrados no livro protocolo (apontamento)?			
<b>6.3</b> Os títulos ou documentos devolvidos estão sendo registrados no arquivo de devolução?			
<b>6.4</b> Está sendo devolvido o título sem a cobrança dos emolumentos e FUNREJUS?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O



O título deverá ser devolvido ao apresentante, sem vencimento de custas, **inclusive FUNREJUS**, consignando no campo ocorrência a referência "devolução" - (art. 775 do CN).

## 7 - ARQUIVO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

	SIM	NÃO	C.A.
7.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
7.2 Neste arquivo estão arquivadas as indicações apresentadas por meio eletrônico - art. 757 do CN?			
7.3 Arquiva os termos de responsabilidade assinados pelos apresentantes?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

### Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15 - Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais

## 8 - ARQUIVO DAS RELAÇÕES DO OFÍCIO DISTRIBUIDOR

	SIM	NÃO	C.A.
8.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular nº 304/2013?			
8.2 Encaminha com estrita fidelidade a comunicação das ocorrências (art. 761 e parágrafo único)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Os últimos comunicados enviados ao distribuidor retratam a movimentação dos dias 03 a 07 de julho de 2017, restando ausente a relação referente ao período do dia 10 a 14. Regularizar.			



## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Conforme dispõe o art. 5° da Lei n° 9.492/97, após a distribuição dos títulos, estes deverão ser protocolizados em 24 (vinte e quatro) horas. Caso não haja o atendimento da norma legal pelo Distribuidor, a agente delegado deverá comunicar o fato ao Doutor Juiz para as providências cabíveis.

## 9 - ARQUIVO DE MANDADOS E OFÍCIOS JUDICIAIS

	SIM	NÃO	C.A.
9.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
9.2 Certificado no mandado o número do protocolo, emolumentos e data do cumprimento da ordem judicial?			
9.3 O oficial mantém atualizado o livro protocolo, enviando <b>anualmente</b> relação dos títulos pendentes existentes na Serventia, oficiando ao Juízo, para que, sejam atualizadas as informações contidas no livro protocolo?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
<b>9.2 Regularizar.</b>			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

- Anotar no livro protocolo as ocorrências "sustação de protesto" e "suspensão dos efeitos do protesto".

- Se ao receber a ordem para "**sustação do protesto**" (para evitar sua realização do protesto) verificar o Tabelião se o título já foi protestado. O que for constatado será feita *imediata* comunicação ao Juízo competente, solicitando-lhe, diante da impossibilidade de cumprimento da ordem recebida e nos seus limites, que lhe oriente como proceder no caso em concreto.

- Lembrar que a ordem de "**suspensão dos efeitos do protesto**" o título já foi protestado. Esta natureza de mandado não autoriza o cancelamento do protesto, servindo, sim e apenas (salvo se na decisão diferentemente constar), a evitar que se dê publicidade do ato (sobre o protesto cujos efeitos foram suspensos não se deve expedir certidão positiva enquanto a ordem judicial viger).

- Poderá o tabelião solicitar a inclusão dos emolumentos na conta final para pagamento quando o encerramento do processo ou ingressar com a ação judicial cabível - **Of. Circular 24/2015.**



## 10 - ARQUIVO DE PEDIDOS DE CERTIDÃO

	SIM	NÃO	C.A.
10.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
10.2 Estão sendo exigidos requerimentos por escrito para a expedição de certidão positiva?			
10.3 O Serviço observa a Tabela de custas para a expedição de certidão ( <b>Tabela XV, item IV e V</b> )?			
10.4 O Serviço observa o <b>Ofício Circular 02/2015 - DA</b> do FUNREJUS - aplicação de 25% sobre o valor do emolumento cobrado ( <b>Aplicação da Lei n. 18.415/2014</b> ) ?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Arquivo contendo 338 folhas. Providenciar o encerramento e abertura de um novo. Indicar o nome e a data do requerimento. Regularizar.			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito - Art. 31 da Lei n° 9.492. Redação dada pela Lei n. 9.841, de 05.10.1999.

## 11 - ARQUIVO DE INTIMAÇÕES

	SIM	NÃO	C.A.
11.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
11.2 A serventia cumpre com o disposto no art. 19, § 1° da Lei n° 9.492/97, não indicando na intimação, horário para pagamento diverso do horário de funcionamento da Serventia?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A **Lei n° 9.492/97 em seu artigo 19, § 1°** estabelece que o pagamento não será recusado desde que oferecido dentro do **prazo legal**, feito no **Tabelionato de Protesto** competente e no **horário de funcionamento dos serviços**. O legislador não estabeleceu que o horário de funcionamento do serviço é exclusivamente o horário das Instituições Financeiras (Bancos), devendo ser levado em conta o horário de funcionamento do serviço, neste caso o horário de funcionamento da **Serventia é até às 17:00h**.

**11.3** - Modelo sugerido pela Corregedoria-Geral da Justiça para as cotações dos emolumentos e demais taxas.

### MODELO SUGERIDO

<b>I - Título</b> (valor do título)	
<b>II - Juros</b> (valor atribuído pelo contador)	O valor a ser pago será calculado pelo contador judicial, tendo como base a data do apontamento, neste caso apresentação no Distribuidor, atribuindo <b>valor fixo dos juros - art. 754 parágrafo único do CN</b>
<b>II - Distribuidor</b> (Tabela Distribuidor)*	* Tabela distribuidor:  - 03 faixas de valores  título até R\$ 146,70 - <b>R\$ 26,28</b> título entre R\$ 146,71 a 1.467,09 - <b>R\$ 33,28</b> título acima de R\$ 1.467,10 - <b>R\$ 37,69</b>
<b>IV - Anotação</b> (Tabela XV, inciso I)	
<b>V - Funrejus</b> (0,2 % do título)	
<b>VI - Selo FUNARPEN</b>	R\$ 2,65
<b>VII - Intimação</b> (valor consignado na inciso II, da tabela XV)	R\$ 14,56
<b>VIII - Despesa de remessa da</b>	Área urbana - valor AR



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

intimação Art. 790 e parágrafos Valor a pagar	Área rural - R\$ 27,30
---	------------------------

11.4 QUADRO COMPARATIVO dos emolumentos e taxas indicadas pela serventia e Modelo da Corregedoria-Geral da Justiça:

Modelo da Serventia		Modelo Corregedoria-Geral da Justiça	
PROTOCOLO n° 2672/2017.			
Valor título	R\$ 228,00	Título	R\$ 228,00
Juros	R\$ 2,07	Juros	R\$ 2,07
Distribuidor	R\$ 33,28	Distribuidor	R\$ 33,28
Anotação e ISS	R\$ 33,74	Anotação Tabela XV, inc. I	R\$ 32,76
Funrejus	R\$ 0,46	Funrejus	R\$ 0,46
Selo Funarpen	R\$ 2,65	Selo Funarpen	R\$ 2,65
Intimação	R\$ 14,56	Intimação	R\$ 14,56
Digitalização Art. 846, tab. XIV inc IX	R\$ 16,38 <b>Valor incorreto</b>	Art. 846, tab. XIV inc IX	R\$ 0,54 <b>Valor correto</b>
Remessa da intimação (Art. 790 e parágrafos do CN)	<b>Valor correto</b> R\$ 14,56 + <b>Valor incorreto</b> R\$ 23,55	Remessa da intimação (Art. 790 e parágrafos do CN)	Área urbana - valor AR
VALOR TOTAL	R\$ 369,25	Valor Total	R\$ 328,88
<b>CONSTATAÇÕES</b>			
Desconsiderando a análise referente se é possível ou não repassar ISS ao usuário no valor de R\$ 0,98 o valor acrescido (DIGITALIZACAO e REMESSA INTIMAÇÃO RURAL) o valor a mais cobrado nesse título foi de R\$ 39,39. Regularizar.			

	SIM	NÃO	C.A.
11.4.1 A serventia adota o uso de boleto bancário			



para pagamento da intimação? <b>Faculta-se a utilização.</b>			
<b>11.4.2</b> O modelo encontra-se adequado ao sugerido pela Ata Correicional ?			
<b>11.4.3</b> O valor consignado a título de <b>anotação</b> está previsto na Tabela de Custas <b>TABELA XV - Item I - Anotação ou protesto - (Lei Estadual n. 17832, de 19 de dezembro de 2013)</b> ?			
<b>11.4.4</b> O valor consignado a título de <b>Distribuidor/contador</b> está previsto na tabela de custas do Distribuidor e em conformidade ao FUNJUS - <b>(Decreto 744 - Guia de recolhimento de custas judiciais)</b> ?			
<b>11.4.5</b> O valor equivalente ao Selo do FUNARPEN está adequado?			
<b>11.4.6</b> O valor consignado a título de <b>intimação</b> está adequado ao valor contido na tabela de custas - Tabela XV, item II, do Código de Normas?			
<b>11.4.7</b> O valor a ser pago (juros/correção monetária) está sendo calculado pelo contador judicial, tendo como base a data do vencimento do título até a data do apontamento - <b>art. 754 parágrafo único do CN</b> ?			
<b>11.4.8</b> O valor consignado a título de remessa da intimação está adequado as normas estabelecidas pelo Art. 790 e incisos do CN?			
<b>11.4.9</b> Na intimação é atribuído o valor total a ser pago pelo devedor?			
<b>DETERMINAÇÕES</b>			
<p><b>11.4.3</b> - Foi acrescido ao valor da anotação o ISS. Deverá apresentar ao JUIZ CORREGEDOR DA COMARCA Lei municipal que autorizou o repasse aos usuários. Em caso negativo, deverá excluir do repasse o valor devido. Se for autorizado pelo Magistrado, o ISS deverá estar em campo distinto do da anotação. <b>Justificar a reiteração da falha e regularizar.</b></p> <p><b>11.4.8</b> - O valor cobrado a título de remessa de intimação deverá levar em conta o endereço se for urbano só será cobrada a remessa para o urbano que não poderá ultrapassar ao valor do AR - EBCT local e se o endereço for rural só poderá ser cobrado o valor de R\$ 23,55 NÃO é possível cobrar os dois juntos. <b>Justificar a reiteração da falha e regularizar.</b></p>			

**11.5** - A serventia poderá adotar qualquer um dos sistemas para a entrega das intimações. Ressarcimentos autorizados



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

pelas despesas efetivamente despendidas para a entrega da intimação:

1ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação via postal - Correio/AR - art. 790, § 1º.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada - ART - EBCT - Local.
2ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Intimação urbana - Tabelião/preposto. - art. 790, § 2º.	- Nos endereços do perímetro urbano da comarca, a despesa pela remessa da intimação não poderá ultrapassar o valor da tarifa da EBCT em vigor relativo ao AR.
Intimação rural - Tabelião/preposto. - art. 790, § 3º.	- Nos endereços do perímetro rural ou distantes a mais de 10 (dez) quilômetros da Serventia, a despesa da remessa da intimação será ressarcida pelo valor da tabela XIV, inc. III, letra b - do Regimento de Custas (R\$ 25,05).
3ª POSSIBILIDADE	Valores autorizados
Serviço terceirizado - art. 790, § 4º e art 791.	Não poderá ultrapassar o valor equivalente a Carta Registrada - ART - EBCT - Local.

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

- Se a intimação ocorrer, excepcionalmente, "no último dia do prazo, ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente." (art. 781 do CN), pois que, não se admite o protesto no mesmo dia da intimação (Lei 9.492/97, art. 13).

## 12 - ARQUIVO DE EDITAIS

Em uso o arquivo n° 3.



	SIM	NÃO	C.A.
12.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
12.2 Os editais são afixados na Serventia?			
12.3 Consignado no edital referência expressa a data em que mesmo foi afixado na serventia?			
12.4 Os valores dos emolumentos indicados no edital são os mesmos da intimação?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
12.4 - alterar os seguintes campos: <b>I - Anotação e ISS</b> - se autorizado pelo Magistrado local deverá haver um campo para cada rubrica. Regularizar. <b>II - Digitalização</b> - O valor previsto na tabela XIV item IX é R\$ 0,54 e não o indicado pela serventia - R\$ 16,38 - Regularizar. <b>III - Despesa pela remessa da intimação</b> - indicar apenas uma única rubrica para o ato praticado distinguindo-se em dois: <u>urbano OU rural</u> . Regularizar.			

## 13 - LIVRO DE REGISTRO DE PAGAMENTOS

13 Em uso o Livro n° 6.

	SIM	NÃO	C.A.
13.1 Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
13.2 Em cada título há referência ao valor arrecadado e depositado?			
13.3 No termo de encerramento estão consignados o total arrecadado e o total depositado?			
13.4 O valor do total depositado, consignado no termo de encerramento, coincide com o valor existente no extrato da conta poder judiciário afixado no termo de encerramento?			
13.5 Estão afixados/arquivados os comprovantes de depósito bancário/ TED?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
Deverá ser incluído no valor DEPOSITADO em conta poder judiciário o valor devido ao DISTRIBUIDOR não há necessidade de repassar o valor			



separadamente. Observar doravante.

## 14 - ARQUIVO DE REPASSE

	SIM	NÃO	C.A.
14.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
14.2 O valor devido ao apresentante está sendo disponibilizado no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento - (Lei n° 9.492, art. 19, inciso 2°)?			
14.3 A data lançada no livro pagamento confere com a data do repasse - art. 810, XIII do CN ?			
14.4 O arquivo possui as referências ao valor e numerário do cheque, agência e número da conta corrente e nome das partes?			
14.5 Adota sistema digitalizado (cheque/TED)?			
14.6 Nos repasses pessoais as pessoas autorizadas pelo recebimento estão sendo devidamente identificadas e se há documentos que comprovem os seus poderes?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 15 - ARQUIVO DE EXTRATOS BANCÁRIOS

	SIM	NÃO	C.A.
15.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
15.2 São mantidos os extratos mensais da conta poder judiciário?			
15.3 Foram verificados lançamentos condizentes com a movimentação da serventia pertinentes a depósito e repasse aos apresentantes?			
15.4 Os comprovantes de depósitos Bancários/TED, os extratos bancários e arquivo de repasse A conta Poder Judiciário estão sendo vistos mensalmente pelo Juiz da Comarca?			



15.5 Observa a vedação do depósito de emolumentos e verbas de caráter privado na conta "Poder Judiciário" (Ofício-Circular n. 206/2007)?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			
15.3 - Em 28/6/2017 consta do EXTRATO DA CONTA PODER JUDICIÁRIO a DEVOLUÇÃO DE CHEQUE POR FALTA DE FUNDOS (DATA DA OCORRENCIA - 28/06/2017 CHQ SEM FUNDOS - cheque devolvido por motivo 11), situação irregular. De acordo com o art. 811 do CN, o valor recebido pelo pagamento da dívida deverá ser repassado ao apresentante/credor no mesmo dia ou, se impossível, no dia útil imediato, o que não ocorreu neste caso em que o CHEQUE não tinha FUNDOS. O agente delegado deverá manter controle rigoroso da conta PODER JUDICIÁRIO, não sendo possível a DEVOLUÇÃO de CHEQUES em REPASSE por falta de fundos, visto que o dinheiro foi pago pelo devedor e deveria estar disponível na CONTA PODER JUDICIÁRIO. A justificativa que o banco debito muitas taxas não é razão para deixar de manter um saldo extra para evitar tais situações. O tabelião poderá, em razão do elevado número de cobrança de taxa na CONTA PODER JUDICIÁRIO, escolher outra instituição financeira particular ou oficial para manutenção da conta Poder Judiciário - art. 811 do CN. <b>REGULARIZAR.</b> ▶ JUSTIFICAR ao JUIZ CORREGEDOR DA COMARCA.			

## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A devolução de cheque emitido pelo devedor para o pagamento, independentemente do motivo, impõe o imediato protesto do título apontado, sem necessidade de outras providências.

## 16 - ARQUIVO DE SOLICITAÇÃO DE RETIRADA

	SIM	NÃO	C.A.
16.1 Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
16.2 Foi observado que "a retirada do título será requerida, por escrito, pelo apresentante ou procurador com poderes específicos, arquivando-se o pedido no tabelionato" (art. 798 e parágrafo único do CN), de modo que, todos os atos deverão ser precedidos de requerimentos escritos, subscritos por pessoa			



identificada e legitimada, ainda que formulados através de impressos extraídos dos sistemas informatizados das instituições financeiras?			
<b>16.3</b> O arquivo está sendo atualizado quando da alteração da gerência, procurações dos representantes legais das instituições financeiras e/ou instrumentos por estes fornecidos, indicando pessoas habilitadas a solicitar baixas e retiradas dos títulos?			
<b>16.4</b> São arquivados os atos constitutivos de tais instituições para viabilizar a conferência da representatividade do gerente, salvo se a procuração for por escritura pública?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 17 - LIVRO DE REGISTRO DE INSTRUMENTO DE PROTESTO

	SIM	NÃO	C.A.
<b>17.1</b> Os livros estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>17.2</b> Os emolumentos consignados no instrumento estão condizentes com os previstos pela tabela de emolumentos vigente?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			

## 18 - ARQUIVO DE DOCUMENTOS (CANCELAMENTOS)

	SIM	NÃO	C.A.
<b>18.1</b> Os arquivos estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do Ofício Circular n° 304/2013?			
<b>18.2</b> Os requerimentos de cancelamento estão instruídos com o documento protestado?			
<b>CONSTATAÇÕES/DETERMINAÇÕES</b>			



## O R I E N T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O

A cópia do documento protestado deve ficar arquivado na serventia em ordem cronológica - (art. 26, da Lei 9.492/97; **art. 830 do CN**), (arquivo físico ou digital - meio eletrônico - art. 24 do CN).

Quando o cancelamento for fundado no pagamento e não for possível demonstrá-lo pelo título ou documento de dívida, pela *declaração de anuência* ao cancelamento, oferecida pelo credor originário ou endossatário, com as firmas reconhecidas, exigindo-se, ademais, prova da representação a ser arquivada na serventia (arquivo físico ou digital - meio eletrônico - art. 24 do CN). Não precisa necessariamente de exigir contrato e alteração sociais e certidão simplificada fornecida pela junta existem outros meios de verificar a autenticidade da carta de anuência.

Art. 830 § 1º - A - O cancelamento pode ser solicitado mediante apresentação de **declaração de anuência em meio eletrônico**, diretamente à Central de Remessa de Arquivos (CRA) mantida pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Paraná, bem como, através da utilização de **certificado digital**, emitida no âmbito da ICPBrasil, chancela eletrônica ou, na forma de convênio firmado pelo interessado, de outro meio de comprovação de autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. - Parágrafo incluído pelo Provimento n. 257/2014, de 21/07/2014 (E-dj n. 1377, de 23/07/2014).

## IMAGENS DA SERVENTIA



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000





# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000



**RESUMO**

ANO	RE	CPA	RE	CPA
2017	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2018	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2019	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2020	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2021	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2022	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2023	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2024	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2025	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2026	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2027	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2028	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2029	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2030	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000

**NOTAS:**

- Exatidão de controle de comprometimento dentro do Plano Nacional de Investimentos e metas das Contas Federais.
- Nenhuma restrição será devolvida para transcrição nos escritórios de arrecadação.
- No título que haja incidência de imposto de transmissão de bens imóveis e do imposto de autovalores, os valores deverão ser corrigidos para refletir o valor atualizado de acordo com o índice de inflação.
- O recolhimento de COMPROVEI das cotas devidas pelas áreas produtivas e de até 20% de 20% independentemente, nos contratos de arrendamento imobiliário intermediário e final (Lei nº 10.246/02).

**DIS:** O recolhimento de COMPROVEI já está incluído nos valores.

**RESUMO DE PROTESTOS DE TÍTULOS**

ANO	RE	CPA	RE	CPA
2017	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2018	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2019	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2020	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2021	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2022	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2023	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2024	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2025	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2026	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2027	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2028	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2029	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000
2030	15.192.000	1.000.000	16.192.000	1.000.000

**DIS:** Este tabelão não é progressivo.

**VALOR TOTAL**

Valor Contado	Valor Total	Valor Total
Existente (R\$)	CPA	CPA
2017	15.192.000	1.000.000
2018	15.192.000	1.000.000
2019	15.192.000	1.000.000
2020	15.192.000	1.000.000
2021	15.192.000	1.000.000
2022	15.192.000	1.000.000
2023	15.192.000	1.000.000
2024	15.192.000	1.000.000
2025	15.192.000	1.000.000
2026	15.192.000	1.000.000
2027	15.192.000	1.000.000
2028	15.192.000	1.000.000
2029	15.192.000	1.000.000
2030	15.192.000	1.000.000
<b>Total</b>	<b>151.920.000</b>	<b>10.000.000</b>

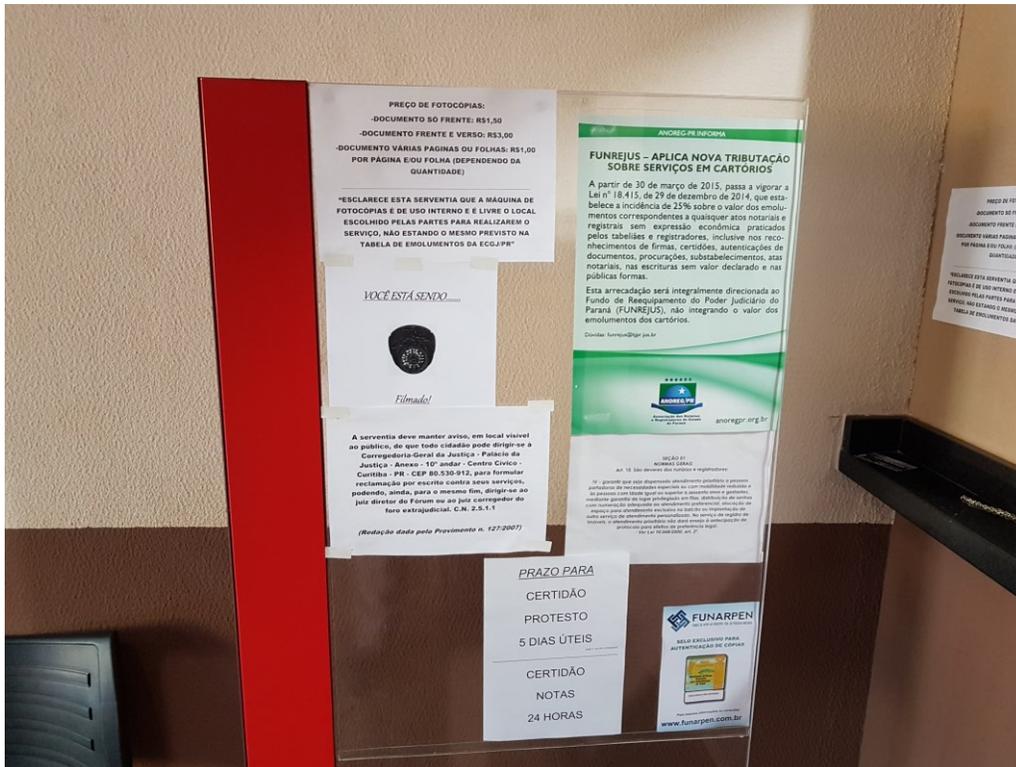
**NOTA:** O recolhimento de COMPROVEI das cotas devidas pelas áreas produtivas e de até 20% de 20% independentemente, nos contratos de arrendamento imobiliário intermediário e final (Lei nº 10.246/02).

**DIS:** O recolhimento de COMPROVEI já está incluído nos valores.



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000



## AO (À) AGENTE DELEGADO (A)

1. Realizar todas as regularizações determinadas e apresentar os documentos referidos na ata correicional.
2. Solicitar a revogação do funcionário Thiago Moretti Ribeiro, o qual não faz mais parte do quadro de funcionários da Serventia.
3. Concedem-se **30 (trinta) dias** para a efetiva revisão e regularização do apontado nesta Ata, com apresentação de certidão de regularidade item a item ao doutor Juiz de Direito, para que proceda à conferência do cumprimento de todas as determinações contidas nesta Ata.

## JUIZ (ÍZA) CORREGEDOR (A) DA COMARCA



# Corregedoria-Geral da Justiça

SEI n° 0044460-06.2017.8.16.6000

1. Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional;

2. Em **noventa (90) dias**, anexar ao presente SEI, relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas, juntamente com a certidão de regularidade, item a item, emitida pelo Sr. Agente Delegado.

## CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. À Divisão Jurídica para as providências necessárias.

2. Após, encaminhe-se à Divisão Administrativa para atualizar os dados cadastrais das serventias.

## CONCLUSÃO

Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor-Geral da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor Juiz de Direito Corregedor da Comarca.

**Des. ROGÉRIO KANAYAMA**  
Corregedor-Geral da Justiça